



Economia ecológica, desenvolvimento alternativo e decrescimento: proposição de uma matriz de convergência

Ricélia Maria Marinho Sales

Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar. Universidade Federal de Campina Grande.
Pombal. Paraíba. Brasil

riceliamms@gmail.com

Gesinaldo Ataíde Cândido

Centro de Tecnologia em Recursos Naturais. Universidade Federal de Campina Grande.
Campina Grande. Paraíba. Brasil

gacandido@uol.com.br

Fecha de recepción: 03/06/2014. Fecha de aceptación: 19/05/2015

Resumo

Um dos principais problemas decorrente dos atuais modos de relações sociais políticas e econômicas tem sido o incremento das desigualdades, do individualismo, da competição e do consumismo pautados em contradições múltiplas e complexas. Para se entender bem mais esse cenário, vêm sendo criadas abordagens que expliquem tal contexto e proponham soluções para minimizar seus efeitos. Entre elas, destacam-se: a economia ecológica (Georgescu-Roegen et al. 1975), o desenvolvimento alternativo (Friedmann et al. 1992) e o decrescimento (Latouche et al. 2007). É imprescindível sistematizar as informações relacionadas ao conjunto de dimensões e de variáveis de cada uma das abordagens a partir de suas similaridades. O objetivo é de propor uma matriz composta por dimensões e variáveis baseadas em convergências teóricas que norteiam as três abordagens. Metodologicamente, foi realizado um levantamento bibliográfico em revistas científicas e em textos publicados nacional e internacionalmente, que estão disponíveis no *SciELO*, na plataforma da CAPES e no *google scholar*. Como resultado, foi estruturada a matriz a partir das convergências com as três teorias, a qual foi composta por 65 variáveis, distribuídas em três dimensões e em três princípios. Espera-se o compartilhamento de pesquisas que tenham adotado essa matriz e demonstrem experiências exitosas de grupos de trabalhadores fortalecidos em seus valores e ideais.

Palavras-chave: Economia ecológica, desenvolvimento alternativo, decrescimento, matriz, sistema de indicadores.

Abstract

One of the main problems arising from the current economic and political modes of social relations has been the increase in inequality, individualism, competition and consumerism guided by multiple and complex contradictions. This paper seeks to better understand this scenario and propose solutions in order to minimize its effects. To do so, the work draws on ecological economics (Georgescu-Roegen et al. 1975), alternative development (Friedmann et al. 1992) and degrowth (Latouche et al. 2007). The objective is to propose a matrix composed of dimensions and variables based on theoretical convergences that guide the three approaches. Methodologically, the work is based on a survey of relevant scientific journals and nationally and internationally published texts that are available through Scielo, the CAPES platform, and Google Scholar. The result was the structure of the matrix through the convergence of the three theories. The matrix was composed of 65 variables, distributed in 03 dimensions and 03 principles. Then it is expected to share research that have adopted this matrix and show successful experiences of groups of workers strengthened in their values and ideals.

Key Words: Ecological economics, alternative development, de-growth, indicators system.

JEL Codes: Q56, Q57, Q59.



1. Introdução

As relações econômicas, políticas e sociais, nos últimos tempos, têm priorizado os aspectos econômicos com a busca incessante do crescimento. Isso repercute nas esferas sociais e ambientais, de modo negativo, e mostra as deficiências das políticas expansionistas que foram elaboradas sem levar em consideração as limitações ambientais, tampouco os aspectos sociais relevantes para garantir valores e costumes dos povos.

Os críticos do crescimento econômico apontam que, ao longo do tempo e até os dias atuais, ele produziu mais desigualdades no mundo do que o contrário. E se a abordagem se pauta na análise dos elementos da natureza, afirma-se que, para o planeta Terra, o crescimento econômico não tem futuro, porquanto, se os países desenvolvidos já apresentavam consequências ambientais desde o Século XIX, hoje, ao invés de procurar remediar os impactos e os consequentes danos, empresas multinacionais se transferem massivamente para países em desenvolvimento (Flipo 2012).

Devido à concentração da riqueza, à desigualdade social e à falta de novas oportunidades, questiona-se: Considerando os quadros consecutivos de recessão espalhados pelo mundo, será que é necessário dar mais atenção aos tipos de atividades que foram classificadas dentro da lógica neoclássica da economia como ineficientes e sem fim lucrativo?

Um dos aspectos balizadores das análises provocadas pelas abordagens da economia ecológica, pelo desenvolvimento alternativo e pelo decrescimento como linhas de pensamento, pauta-se na construção de uma crítica teórica e prática ao capitalismo, ao mesmo tempo em que demonstra a urgência ética de emancipar todas as pessoas que necessitam e mantêm uma relação entre a sociedade e a natureza (Gorz 2010). Nos três casos, trata-se de conceitos multidimensionais, haja vista o entrelaçamento de ideias que os constroem de modo eclético, holístico, buscando fazer a leitura da

realidade sem deixar em segundo plano a preocupação em contribuir com o aprofundamento dos debates de cunho científico.

Na verdade, essas três abordagens chamam a atenção para que se efetive a crítica ao papel central das transações econômicas pautadas nas desigualdades, nas contradições e nas subordinações. Isso demonstra que, com urgência, deve-se construir um processo amplo de mudanças do sistema econômico e político, diante da necessidade de se incluírem elementos sociais e ambientais, como participação, equidade, solidariedade, resiliência, justiça social e ambiental, como entes prioritários, reconhecer seus valores como primordiais e evitar a incompatibilidade entre os desejos humanos e os limites sociais e naturais. Como bem definem Benasayag e Rey (2012), o desafio seria de estruturar uma economia que considere as complexidades da humanidade em seu estado “real” para se contrapor à destruição da natureza.

A cada dia, estudiosos de diversas áreas procuram dialogar sobre essas correntes de pensamento, aglutinados pelos ideais, pelo espírito crítico, pelo desejo de ver melhores condições de relação entre a humanidade e a natureza, e contribuir com novas maneiras de ler, sistematizar e interpretar informações que nutrem a construção do conhecimento científico. Em meio a essa miscelânea de intenções e interesses, há espaços ociosos no tocante à elaboração de estudos que contribuam, de um lado, com a sistematização de informações e, de outro, com a reflexão da aplicação dos conceitos, o que, a cada dia, aumenta o rol de adeptos. Contudo, eclode a necessidade de sistematizar informações em uma estrutura pautada na construção de diálogos voltados para identificar especificidades e convergências entre as abordagens aqui exploradas.

Partindo dessas considerações, o objetivo do artigo é de propor uma matriz composta por dimensões, variáveis e parâmetros baseados em convergências teóricas e metodológicas que norteiam as abordagens da economia



ecológica, do desenvolvimento alternativo e do decrescimento.

Em termos metodológicos, foi realizado um levantamento bibliográfico em revistas científicas e em textos publicados, nacional e internacionalmente, que estão disponíveis no Scielo, na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no *Google Scholar*. Depois de feita a pesquisa bibliográfica, foram selecionadas variáveis e dimensões comuns às três abordagens e proposta uma matriz com a qual é possível aplicar e validar um sistema específico de indicadores. A intenção é de que, com as variáveis, sejam construídos dados primários e elementos subjetivos que sejam capazes de demonstrar o caráter democrático, emancipatório e participativo dos atores sociais que mantêm uma relação com a sociedade e a natureza. A matriz foi construída utilizando-se a lógica proposta por Benasayag e Rey (2012), que afirmam que a humanidade precisa ser “reposicionada” e ter acesso a um pensamento orgânico sobre o mundo e sobre as questões sociais e ambientais.

Além desse conteúdo introdutório, o artigo explora os fundamentos, os princípios e as principais características dos conceitos e das abordagens escolhidas. Chega-se assim ao resultado de que as três teorias têm como base a busca pela efetivação da sustentabilidade. A ideia é de que as atividades econômicas sejam realizadas, mas com respeito às condições sociais e ambientais para tal feito. Assim, apresenta-se uma proposta metodológica de construção de uma matriz que pode ser aplicada em escalas locais e em unidades produtivas. Na sequência, são feitas as considerações finais em relação à matriz proposta e suas vinculações com a base teórica empregada.

2. Referencial teórico

2.1. Fundamentos, princípios e características da economia ecológica, do desenvolvimento alternativo e do decrescimento

Os conteúdos que exploram as relações entre as questões econômicas e os problemas ambientais têm abordagens de convergências teóricas e metodológicas com foco na economia ecológica, no desenvolvimento alternativo e no decrescimento. À primeira vista, destaca-se a preocupação com três elementos que caracterizam a sociedade contemporânea: o crescimento econômico, a capacidade de carga gerada pela relação sociedade-natureza e as especificidades da natureza. A análise desses elementos carece de definição de escala, sendo privilegiada a escala local.

Num segundo momento, verifica-se que há processos que não têm mais retorno, como a realização das atividades econômicas e sua necessidade de interagir com a natureza, por exemplo. O ser humano encontra-se integrado à natureza por vários aspectos e pela necessidade de fazer as atividades econômicas. Mas, nesse processo, a humanidade precisa ser cada vez mais participante. Os seres humanos, independentemente de seu poder econômico, precisam arraigar seu sentimento de pertencimento e ser mais participativo.

No campo teórico, o caminho a ser trilhado é a construção efetiva da transdisciplinaridade e da interdisciplinaridade, para o enriquecimento de embates teóricos e o surgimento de novas metodologias e de correntes de pensamento. Nesse contexto, Floriani (2000) entende que a ciência normal pode transitar em outras *epistemes* e novidades lógico-conceituais. Aqui, identifica-se claramente um transbordamento do conhecimento disciplinar quando a relação sociedade-natureza é posta e, nessa relação, encontra-se o desafio de construir a ponte para concretizar a sustentabilidade. Existe a real possibilidade de efetivar a sustentabilidade para que ela não passe a ser apenas um jargão que, em alguns casos, é utilizado para mascarar uma situação real ou se apropriar dela, visando barganhar algo em troca. É nesse cenário geral de convergências que se ressaltam as especificidades de cada um dos aspectos teóricos em discussão.



No primeiro tópico, são feitas considerações a respeito da economia ecológica; no segundo, sobre o desenvolvimento alternativo; e no terceiro, sobre o decrescimento. Esses tópicos são trabalhados separadamente para ressaltar as especificidades e demonstrar as convergências entre as ideias propostas e as construídas.

a) Economia ecológica

A economia ecológica surgiu com a introdução de modelos no âmbito da economia neoclássica, que demonstraram que existem limites de capacidade de suporte dos elementos da natureza no planeta Terra (Georgescu-Roegen et al. 1975; Daly 1991), o que resgata a intrínseca relação existente entre a ecologia e a economia. Sua visão é de que o mundo é um sistema dinâmico evolucionário, onde o tempo é multidimensional, cada dia deve ser construído vislumbrando-se o futuro, a escala predominante é a local e, a partir dela, as ações podem ser planejadas hierarquicamente até atingir a escala global. A tecnologia e as organizações coevoluem a partir das investigações e da utilização de elementos da natureza e não existe solução para todos os problemas via tecnologia. A análise dos ecossistemas é realizada a partir da inclusão da humanidade, para demonstrar a interconectividade como elo para (re)significar a relação sociedade-natureza (Costanza 1989; 1991).

Assim, não é possível desintegrar os elementos da natureza, a produção e a organização social, destacando também os aspectos culturais. No ambiente acadêmico, esse debate só encontra espaço em esferas transdisciplinares, pluralistas, que foquem os problemas e as soluções de modo esperançoso e coletivo.

Uma das questões centrais é a complexidade de sistemas ecológicos e econômicos. Há de se convir que essa complexidade elabore na prática um desafio para a aplicação de abordagens integradas que não pode se limitar ao ambiente das disciplinas de modo individual. Assim, é relevante incluir visões diferenciadas de atores sociais. Para isso, é necessário ampliar as visões ecológicas e econômicas para as dimensões sociais e culturais, conforme mostra o quadro 1:

Em texto elaborado por Romeiro (2012), ele busca, em Costanza (1998) e em Bockstael; et al. (1995), alguns apontamentos sobre a modelagem a partir da abordagem econômica ecológica. O modelo apresenta os seguintes atributos: o realismo (aspectos qualitativos), a precisão (aspectos quantitativos) e a generalidade (representação de comportamentos sistêmicos). O objetivo da modelagem é de demonstrar como ocorrem as interações entre os ecossistemas e alguma atividade econômica.

Assim, na elaboração dos estudos de

Quadro 1. Construção de abordagens integradas

Economia ecológica
A abordagem de problemas complexos que requer a síntese transdisciplinar para promover a real compreensão entre a economia e a natureza
Não é válida a sequência: problema/investigação/técnicas/solução. São necessárias a experimentação e a impressibilidade que a análise dos problemas ambientais e sociais pode revelar. Assim, os detalhes podem contribuir com a geração de políticas.
É preciso entender bem mais a dimensão e a homogeneidade dos elementos naturais e sociais para fazer a modelagem empírica de modo transdisciplinar.
A abordagem de problemas complexos requer a síntese transdisciplinar para promover a compreensão, a economia e a natureza.
Os resultados de modelos não homogêneos não são inaceitáveis. Na verdade, eles podem fornecer modelos empíricos essenciais para previsão e auxílio de tomada de decisão e podem ser os precursores dos futuros trabalhos teóricos, cujo objetivo seja de compreender o ambiente circundante.

Fonte: Baiocchi (2012); Ramos-Martin (2003). Elaboração dos autores, 2014.



economía ecológica, é necessário elaborar conceitos integradores sobre o ser humano para captar todas as suas características e relações. A ambiciosa tarefa dessa corrente de pensamento não permite que se reduza e modele o ser humano, mas exige uma tomada de consciência de uma variedade de suas características. Proops (1989) afirma que a atividade econômica e o futuro do planeta Terra estão interligados. Assim, com a certeza da possibilidade de finitude da Terra, os economistas estão começando a reconhecer a necessidade e a importância de estudos ligados às atividades econômicas e sua relação com os ecossistemas.

Mediante a complexidade e a magnitude das problemáticas emergentes, principalmente, oriundas das diversas formas como se usam os recursos naturais, é preciso elaborar um quadro conceitual transdisciplinar, com ferramentas e conceitos acessíveis e internalizados por estudiosos que geram uma linguagem comum e um conjunto conceitual para efetivar e unificar os diálogos (Proops 1989).

A economia ecológica constrói os fundamentos necessários para subsidiar uma análise crítica e refere que, em nome do crescimento econômico, estruturaram-se políticas públicas que carregaram a bandeira do desenvolvimento e incentivaram o aumento da produtividade de alimentos utilizando-se a tecnologia, mas isso não significou o fim da fome e da miséria no mundo e, conseqüentemente, aumentou o desemprego (McNeely e Scherr 2009).

O caminho para conciliar a conservação da biodiversidade e criar novos negócios e empregos é através da retração das atividades que negligencie apresentar medidas redutoras de impactos aos elementos da natureza e o aumento das que ajudam a manter e, até mesmo, recuperar áreas que foram degradadas por outros tipos de atividade. Seria a concretização do que Cechin e Pacini (2012) chamou de dinamização da economia verde, através da expansão de setores de baixo impacto ambiental. Nesse sentido, a economia ecológica é uma proposta diferenciada, que

não ausenta ou negligencia o caráter econômico, mas incorpora outros elementos de igual valor no âmbito ambiental, no social e no político-institucional.

Na visão da economia ecológica, a interconectividade e o diálogo entre disciplinas são pontos primordiais para incubar um quadro conceitual e metodológico possível de ser efetivado através da relação com a escala local, com as especificidades da sociedade e da natureza e com a efetivação de práticas sustentáveis.

b) Teoria do desenvolvimento alternativo

A teoria do desenvolvimento alternativo surgiu numa época marcada pelo descontentamento dos intelectuais críticos, frente à abordagem tradicional do desenvolvimento que seguia a lógica econômica. Em sua obra, Muraleedharan (2006) afirma que o final da década de 60 foi marcado por uma reorganização dos objetivos do desenvolvimento impulsionado pelas necessidades de enfrentar o desemprego, a desigualdade e o aumento da pobreza e de garantir as necessidades humanas básicas. Ela surgiu a partir das críticas a projetos convencionais que não foram capazes de contribuir para mitigar as problemáticas socioambientais.

O cerne do desenvolvimento alternativo dirige-se a um ponto de intersecção, que é o diálogo dos saberes, e a concordância de que são necessárias a participação popular e a emancipação social, mas que é preciso reinventá-las, porque a sociedade de hoje precisa conhecer a realidade posta, saber conviver com ela e adaptar-se. Essas questões estão imbuídas de um aspecto epistemológico, um teórico e um político.

O desenvolvimento alternativo é pautado em escalas locais e no modo de vida das pessoas. Um ponto essencial é solucionar problemas que colocam em risco as melhores condições de vida e os mais harmoniosos modos de viver de uma comunidade. Assim, o respeito à igualdade de direitos e a justiça social destacam-se para dar início a um processo político em que a necessidade revela muito mais do que um padrão de



consumo. Nesse sentido, surge o desafio de identificar o surgimento de “novas” necessidades e de elaborar uma matriz de entrada e de saída a partir dos fatores de limitação dos recursos naturais (Friedmann 1979; 1992).

No âmbito epistemológico, trabalhar com o desenvolvimento aponta uma situação inconsistente cientificamente, pois é como se a realidade e a teoria não encontrassem um perfeito encaixe. Por outro lado, parece que os métodos e os paradigmas utilizados conseguiram engessar as possibilidades de novas ideias, e o campo de batalha passou a ser a “construção da verdade” vista a partir de uma única visão de mundo, criada com base na realidade e nos interesses dos países desenvolvidos.

No tocante ao aspecto teórico, o desenvolvimento alternativo é formulado com base na concepção crítica, frente à racionalidade dominante cujas raízes estão nos interesses puramente econômicos, que nortearam muitos pensamentos, e nas políticas voltadas para o desenvolvimento, tendo praticamente como sinônimo o crescimento econômico. Por isso, as unidades produtivas alternativas podem revelar os imperativos não econômicos. Afirma-se que elas passam a ser viáveis e

apresentam a possibilidade de articular o modo criativo e diferenciado configurando mudanças na escala local e, até, podendo se ampliar para outras escalas.

Santos e Rodríguez (2002) centraram esforços e construíram a “coluna vertebral” da teoria do desenvolvimento alternativo. Essa coluna é formada por cinco vértebras que apontam uma abordagem teórica e, na prática, estabeleceram seis linhas de ações, que estão sendo concretizadas em várias partes do mundo, incluindo países desenvolvidos e em desenvolvimento, como mostra o Quadro 2.

A partir da coluna vertebral, criaram-se linhas de ação. A primeira delas foi a criação de “formas associativas de produção”; a segunda, a junção da ideia do desenvolvimento alternativo com o desenvolvimento sustentável, por meio do movimento ecologista; a terceira - o ativismo de movimentos feministas - suscitou, entre outros aspectos, o reconhecimento da efetiva contribuição do trabalho das mulheres no processo de desenvolvimento; a quarta destaca a formulação de políticas e programas de apoio econômico às classes populares; a quinta linha ressalta a importância da atuação dos movimentos sociais na reivindicação de ações coletivas;

Quadro 2. Abordagens teóricas sobre o desenvolvimento alternativo

Coluna vertebral do desenvolvimento alternativo	
↓	A forma de produção precisa ser baseada em iniciativas coletivas, ou seja, desvinculada da subordinação do regime econômico predominante e do controle do Estado;
↑	Adoção de estratégias econômicas autônomas, construídas a partir da autogestão de unidades populares e da construção de poder comunitário;
↑	A iniciativa e o poder de decisão sobre o desenvolvimento devem ser uma proposta dos atores sociais, que agem dentro de uma coletividade, contrariando as causas estruturais da marginalização;
↑	Inspiração nos valores da igualdade e da cidadania, visando à “inclusão plena dos setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento”;
↑	A escala local deve ser privilegiada.

Fonte: Santose Rodríguez (2002). Elaboração dos autores, 2014.



e a sexta seria o movimento de crítica à globalização, que força um retorno à escala local, através de estratégias de criação de ações comunitárias e da revalorização de práticas e produção local.

A proposta central do desenvolvimento alternativo é de criar espaços que sejam estruturados de modo gradual, para impulsionar uma transformação também gradual da produção e da socialização com práticas igualitárias, solidárias e sustentáveis. As alternativas de produção apresentam-se como híbridas porque a base econômica garante o sustento individual e familiar. Assim, o sentido de pertencimento, os vínculos emocionais, a motivação para superar as dificuldades, os processos educacionais e as festividades são sentimentos e momentos que renovam as energias e o entusiasmo e constroem elos que possibilitam a continuidade da unidade alternativa, sem deixar que se desmorone ou se desvirtue.

Ressalta-se, ainda, que as iniciativas alternativas precisam articular-se numa rede composta por outras iniciativas similares e por entidades diversas, como, por exemplo, sindicatos, organizações não governamentais, fundações e outras organizações econômicas alternativas. A escala local é importante onde as pessoas habitam, onde estão as raízes e onde se constrói a identidade. Consequentemente, é onde as organizações comunitárias e as ações políticas se concretizam. Portanto, fala-se de um desenvolvimento local integrado. Neste novo modelo de desenvolvimento, destaca-se que, a partir da característica emancipatória e seu potencial de substituir a autoridade do patrão ou do gerente, pela implantação de uma democracia participativa, que funciona no interior das unidades alternativas de produção. Percebe-se um ponto chave nesse diálogo, que seria a construção de um paradigma do conhecimento. Passa-se a articular o conhecimento estruturado em metodologias bem costuradas com o conhecimento que surge de experiências de vida que se juntam e demonstram a necessidade de resgatar sentimentos e valores que são natos dos

seres humanos, mas que podem ser postos de lado por causa da pressa de ser subordinado a um sistema social e financeiro, que ignora e desvaloriza qualquer outro modo de organização que tenha outros fins, a não ser o lucro pelo lucro.

c) O decrescimento

A palavra decrescimento começou a ser usada no início do Século XXI, quando passou a complementar os discursos de estudiosos e de pesquisadores e a se inserir, com mais frequência, em debates econômicos e sociais. Para Latouche (2012), a palavra surgiu juntamente com o nascimento tardio da corrente ecossocialista radical, na França, e depois, nos países latinos. Depois, veio o movimento dos *objecteurs de croissance*, que a impôs na cena política e na mídia (Latouche 2007).

Essa seria, então, o surgimento de uma nova palavra, que tem a pretensão de ser um *slogan* político e provocador para chamar a atenção para as consequências sociais e ambientais que o crescimento econômico conseguiu disseminar nas sociedades em diferentes espaços geográficos do planeta Terra. Essa palavra então faz parte de um projeto que, a princípio, não tem nada de novo, portanto, tenta-se, de um lado, tomar consciência da crise ecológica e, de outro, apresenta-se uma crítica à técnica e ao desenvolvimento (Aries 2005).

Flipo (2012) define o decrescimento como algo que resulta da junção de, basicamente, cinco correntes de pensamento, que não se excluem nem divergem, mas se cruzam e somam-se na construção desse “novo” conceito. A primeira corrente é a culturalista, cuja condução é realizada através da contribuição de Latouche e com fortes relações com o Marxismo. A segunda corrente é orientada através do pensamento e de análises realizadas por Ivan Illich, que adverte que a própria divisão do trabalho tornou-se improdutiva devido à burocracia que impede e desvia as instituições de suas metas iniciais. A terceira corrente é a ambiental, a quarta destaca a crise de sentidos carregada, ao longo dos anos, pelas sociedades industrializadas, e a quinta é



denominada de bioeconomia, como demonstra o Quadro 3.

O principal foco e um dos mais importantes na estruturação desse debate refere-se à audácia de sugerir a redução do “bem-ter”, algo que compõe apenas os quadros quantitativos para melhorar o “bem-estar vivenciado”, que completa o sentido de pertencimento e de identidade de grupos sociais por meio das práticas do cotidiano. Como ponto de partida, sugere-se que se procure cooperar e modificar totalmente a relação entre a sociedade e a natureza, com a adoção de uma ética pessoal diferenciada,

em que a simplicidade voluntária é necessária e fundamental. Como se pode presumir, é necessária uma mudança de valores instaurados e cultivados durante séculos, por meio da sociedade do crescimento, que é a sociedade do consumo.

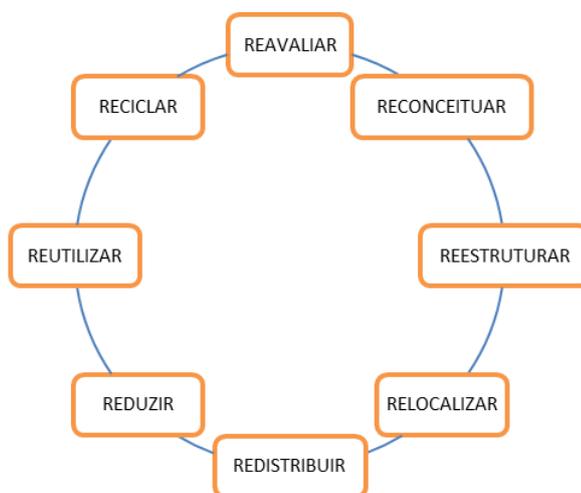
Latouche (2012) entende que isso é possível através da articulação do nível de concepção do projeto com a implantação de um programa político. O ponto de partida do projeto é o nível da concepção, e a sugestão é a construção de círculo virtuoso expresso em oito “Rs”, como demonstra a figura 1. Essa reflexão inicial exigirá uma mudança ou

Quadro 3. Correntes de pensamento do decrescimento

Raízes conceituais do decrescimento
É preciso desnaturalizar nossa visão de mundo e da natureza humana, de forma a conseguir identificar nossos desejos autênticos. Construir o outro mundo possível.
Qualidade do debate público. A existência de privilégios é incompatível com a democratização.
É necessária uma nova relação com a natureza baseada no respeito e na coevolução. É a redução da influência humana sobre a natureza e o reconhecimento de que ela não nos pertence.
Eliminar a crise dos sentidos instaurada pela sociedade industrializada. Livrar-se da vida dedicada a “ter cada vez mais”. Permitir-se iniciar uma revolução interna, buscar uma simplicidade voluntária e organizar-se coletivamente para construir um futuro melhor.
A questão não é como gerenciar a escassez, mas qual é a possibilidade de se usarem os recursos naturais. O desafio de uma economia sustentável não envolve apenas a composição, mas também o tamanho de uma economia.

Fonte: Flipo (2012). Elaboração dos autores, 2014.

Figura 1. Círculo Virtuoso para desencadear uma dinâmica para uma sociedade autônoma de sobriedade, serena, convival e sustentável.



Fonte: Latouche (2012). Elaboração dos autores, 2014.



(re)conceituação de elementos fundamentais, como riqueza-pobreza, saúde-doença, desenvolvimento-subdesenvolvimento; avanços-atrasos, igualdade-desigualdade, escassez-abundância, entre outros conceitos que foram transformados na lógica econômica moderna fundadora da “economização” do mundo. Segue-se, então, para uma reestruturação, pois, fatalmente, haverá uma mudança na produção quanto ao tipo de produção, à forma e à necessidade de produzir, à utilização adequada dos meios de produção, às relações e às estruturas de produção e à distribuição (incluindo os direitos de usar os elementos da natureza).

Com a mudança na distribuição, haverá uma (re)localização e, conseqüentemente, o surgimento de novos empregos locais. Essa é uma revalorização da escala local e uma necessidade que abrange várias esferas – econômica, pessoal, intelectual e, até, espiritual – que impulsiona o bom funcionamento dos sistemas sociais, econômicos, institucionais, políticos e ambientais. Haverá uma redução do tempo de trabalho, da pegada ecológica mundial, do consumo e dos desperdícios, visto que a lógica do decrescimento seria de reduzir todos esses elementos em detrimento do aumento do número de pessoas que irão ser incluídas ou reincluídas em atividades, a fim de solucionar o relevante problema de desemprego, que atinge até a escala mundial na atualidade.

Inicia-se a análise do círculo virtuoso através do item reavaliar. Chega-se a considerar que a primeira coisa que precisa ser reavaliada são os valores, que incidem nesse processo de reavaliar o indivíduo, o que refletirá em seu modo de vida, e todo o sistema de funcionamento em que ele está envolvido. Isso leva a crer que é possível atingir um momento conclusivo de que a “riqueza não é só feita de dinheiro. A verdadeira riqueza pode ser também o fato de ter amigos, fazer coisas interessantes etc.” (Latouche 2012: 49).

Os dois últimos pontos são reutilizar e reciclar. Ambos têm vínculos diretos e entram no contexto de que é sempre bom pensar em

consertar antes de descartar qualquer que seja o produto. E o que, à primeira vista, não tem mais conserto, tenta-se encaminhar para um local de reciclagem. Nesse item, também cabe destacar que, se houver uma (re)significância e a valorização dos planos de educação ambiental visando não só à teoria, mas também a efetivação da prática, há uma grande tendência de tudo ser concluído de modo satisfatório nesse círculo virtuoso, e de a sociedade e a natureza reestabelecerem uma nova relação com a formação dessa nova sociedade.

Para Latouche (2012), o objetivo do projeto global dos 8 Rs não é de estabelecer um único modelo a ser seguido, mas de apresentar princípios fundamentais de toda a sociedade não produtivista sustentável e exemplos concretos de programas de transição. O interessante, então, é a possibilidade de identificar as diferenças espaciais, organizacionais e ambientais em diferentes tipos de sociedade e perceber o anseio de estabelecer novas relações e, até mesmo, resgatar antigas, mas com o propósito de fortalecer os alicerces de projetos que não sejam puramente produtivistas e que busquem a sustentabilidade, mesmo que eles ainda estejam passando por processos iniciais de construção.

Assim, é imprescindível criar um processo interativo entre a atividade econômica e os ecossistemas globais. Porém é urgente admitir e respeitar os limites existentes nessa relação e vislumbrar a necessidade de o ser humano tomar consciência de suas ações e arraigar o sentido de pertencimento.

A partir da apresentação das três abordagens, foi preciso elaborar conceitos integradores. Assim, a audácia revela-se pela propositura de construir uma matriz que aborde os elementos que podem ser determinantes como contribuintes no fortalecimento da ideia de um novo conceito de desenvolvimento e de uma nova sociedade e construir indicadores que revelem os níveis de intensidade em que esse fenômeno ocorre e em que circunstâncias.



3. Procedimentos metodológicos

O levantamento bibliográfico foi realizado através de consultas às plataformas de informações computacionais que dão acesso a obras publicadas no Brasil e em outros países. A busca foi realizada a partir das palavras: *alternative development*; *développement*; desenvolvimento alternativo; *décroissance*; decrescimento; *de-growth*; *ecological economics*; *l'économie écologique* e economia ecológica. Foi necessário refinar a pesquisa, porque foram encontrados trabalhos de diversas naturezas, em cujo título pode ser encontrada uma das palavras citadas. Assim, encontraram-se 119 trabalhos, entre artigos e livros cuja abordagem apresentou aspectos epistemológicos, políticos ou ideológicos ou mesmo relatos de experiências vinculados a cada uma das três teorias, como demonstra a Tabela 1. A partir daí, adquiriram-se algumas obras em várias livrarias do país e, até, nas internacionais, na base *Scielo* e no portal da CAPES para ter acesso a artigos e a revistas nacionais e internacionais de lastro reconhecimento científico, para realizar o download gratuito através do acesso ilimitado. A seleção priorizou textos clássicos e recentes para compreender o processo histórico dos fundamentos, dos princípios e das características dos conceitos.

Sequencialmente, foram separadas as convergências identificadas na literatura entre as três teorias (Desenvolvimento Alternativo, Decrescimento e Economia Ecológica) mediante as dimensões da sustentabilidade, haja vista que esse enfoque é um ponto comum. Assim elencaram-se as seguintes características sociais: Conceitos fundantes de “empowerment” (empoderamento a partir da capacitação) e Justiça Social (Friedmann 1979; Santos 2002; Pereira 2006) para a

economia ecológica. A equidade social é fundamental para atingir a sustentabilidade (Sekulova et al. 2012) e para o decrescimento, e a base do progresso do desenvolvimento inclui a autonomia, a democracia, a participação e a educação para o desenvolvimento alternativo (Parreira 2009), entre outras.

4. Principais resultados e matriz proposta

De acordo com resultados da pesquisa, as três teorias têm como base a busca pela efetivação da sustentabilidade. A ideia é de que as atividades econômicas sejam realizadas, mas com respeito às condições sociais e ambientais para tal feito. A ideia é de que as atividades econômicas sejam realizadas, mas com respeito às condições sociais e ambientais para tal feito. É necessário ter convicção sobre os limites naturais e sociais para que este sejam respeitados e não só a busca por obtenção de lucro e a acumulação de capital financeiro sejam efetivadas, evitando o surgimento de processos de resistência, de recuperação e/ou de superação ao estresse que podem comprometer a sustentabilidade. A efetivação da sustentabilidade contribui de modo direto para que haja um redirecionamento na construção do conceito de desenvolvimento. Assim, averigua-se que esse desenvolvimento passa a ser uma proposta construída por atores sociais, cujo posicionamento demonstram que existe um poder de decisão e uma ação coletiva.

A construção dessa matriz (ver Tabela 2), e sua aplicação, sugere que as iniciativas coletivas podem se apresentar estruturadas no formato de uma associação de trabalhadores e/ou na ação conjunta de um grupo de trabalhadores. Consequentemente,

Tabela 1 Demonstração quantitativa do levantamento bibliográfico

Desenvolvimento alternativo	Economia ecológica	Decrescimento	Total de referências consultadas
36 Referências	64 Referências	19 Referências	119 (entre artigos e livros)

Fonte: Elaboração dos autores, 2014.



a formação das iniciativas pode contribuir com a (r)elaboração do conceito de desenvolvimento, para que ele não represente apenas a força do capital, mas também a força de pessoas que vislumbram e anseiam por dias melhores e melhores condições de vida, numa perspectiva ampla que envolva as esferas sociais e ambientais.

Dentre as convergências da economia ecológica, do desenvolvimento alternativo e do decrescimento, avulta-se a existência de três princípios: o da igualdade, o da solidariedade e o da proteção à natureza. Os princípios podem nortear as unidades produtivas organizadas coletivamente. Assim, elencam-se as três dimensões: formas de organização, viabilidade e potencial emancipatório. Cada uma foi relacionada com os princípios. Na Tabela 2, destacam-se as variáveis comuns.

A partir das dimensões e das variáveis da matriz, podem ser elaborados indicadores específicos para compor o sistema de indicadores que poderão ser utilizados de forma concomitante com os dados primários e secundários, que permitem análises mais consistentes e fidedignas para estudos da sustentabilidade, na perspectiva do desenvolvimento, do decrescimento ou da economia ecológica.

A geração de um sistema de indicadores que adota uma metodologia de padronização de informações e de índices demonstra a situação real de uma localidade com a realização de uma atividade econômica e dela com os aspectos sociais, ambientais e político-institucionais, o que ressalta a sustentabilidade. Por conseguinte, é possível relacionar as dimensões Formas de Organização, Viabilidade e Potencial Emancipatório com os princípios da Igualdade, da Solidariedade e da Proteção à Natureza.

Visa-se refinar e unificar uma metodologia e se entende que é preciso constituir um grupo de pesquisa multidisciplinar que tenha interesse em formar uma rede de pesquisa para colocar em prática essa matriz, que é flexível a ponto de permitir a inserção de outras variáveis, para construir um sistema de

indicadores que seja refém dos dados secundários e possa expressar a participação dos atores sociais e as especificidades que podem contribuir com a (re) formulação de conceitos como o de desenvolvimento.

5. Considerações finais

As convergências teóricas entre as três ideias surgiram da preocupação com o futuro da humanidade e do planeta Terra. Por essa razão, elaboram-se metodologias que assegurem a continuidade de atividades econômicas, mas que elas sejam realizadas a partir de alguns princípios, como a igualdade, a solidariedade e a proteção à natureza. Por esse caminho, é possível concretizar a sustentabilidade.

É necessário, ainda, que as atividades que demonstram potencial devido à sua forma de organização, às características da viabilidade e ao seu potencial emancipatório vinculado aos princípios sejam mais divulgadas e que as informações sejam mais sistematizadas, para que as pessoas acreditem que é possível estabelecer o bem viver sem ser cooptadas pelos falsos encantos que o poder do capital dissemina.

Nas teorias examinadas, um aspecto importante a ser registrado é que muitos elementos da natureza já foram retirados e, se passarem por processos contínuos e sistemáticos de reutilização, de reciclagem e da redução para eliminar o desperdício a partir da elaboração de projetos unificadores de educação ambiental e de geração de postos de trabalho, haverá um ganho para a sociedade que revisar e (re)conceituar o desenvolvimento.

É bem verdade que não existe um único modelo para ser aplicado em todos os espaços geográficos do planeta Terra, haja vista que não é possível identificar uma mesma sociedade em diferentes espaços geográficos. Porém é plausível construir uma matriz de alternativas mediante a existência de processos participativos e de inclusão que são totalmente contrários aos princípios ditados pelo totalitarismo econômico em voga.



Tabela 2

Princípio da Igualdade		
Dimensões	Variáveis	Correntes teóricas
Formas de organização	Titulação da unidade produtiva	Desenv. Alternativo
	Funcionamento das atividades na unidade produtiva	Economia ecológica
	Organização política na unidade produtiva	Desenv. Alternativo
	Organização social na unidade produtiva	Desenv. Alternativo
	Riscos de cooptação e fracassos econômicos	Desenv. Alternativo
	Desvirtuamentos do princípio de igualdade	Decrescimento
	Nível de satisfação vinculado a objetivos não econômicos	Decrescimento
	Fracassos vinculados a objetivos econômicos	Decrescimento
	Autogestão	Desenv. Alternativo
	Agregação de valor a produtos	Desenv. Alternativo
	Infraestrutura da unidade produtiva	Economia ecológica
	Elementos da sociedade de consumo X fatores limitantes	Decrescimento
	Elementos de redução do “bem-ter” para melhorar o “bem-estar vivenciado” nas práticas do cotidiano	Decrescimento
	Especificidade espacial	Desenv. Alternativo
Viabilidade	Fatores limitantes ambientais	Decrescimento
	Projetos que visem à sustentabilidade	Economia ecológica
	Interação entre os elementos da natureza, a organização social, a produção e as especificidades culturais	Desenv. alternativo – Economia ecológica
	Tipos de uso dos elementos naturais pela atividade	Decrescimento
	Problemas ambientais	Decrescimento – Economia ecológica
	Problemas sociais	Desenv. alternativo
	Privilegiar a escala local para possível construção de mosaicos espaciais.	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
	Participação efetiva dos atores sociais	Desenv. alternativo
	Constituição de rede de apoio com atuação na escala local, mas que pode estender-se para outras escalas.	Desenv. alternativo – Economia ecológica
Potencial emancipatório	Elementos sociais: Participação e Justiça Social	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
	Transdisciplinaridade e interdisciplinaridade	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
	Princípios de cidadania (direitos e deveres)	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
	Formas de poder compatíveis com valores democráticos	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
	Acesso à informação	Desenv. alternativo
	Participação de todos os membros da iniciativa coletiva no processo de tomada de decisão	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento

Fonte: Elaboração dos autores, 2014.



Princípio da Solidariedade		
Dimensões	Variáveis	Correntes teóricas
Formas de Organização	Problemas sociais	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrecimento
	Elementos sociais vinculados à solidariedade	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrecimento
	Desvirtuamentos do princípio de Solidariedade	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrecimento
	Práticas contrárias às ideologias do Capitalismo	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrecimento
	Atividades de integração social	Desenv. alternativo
	Atividades lúdicas, culturais	Desenv. alternativo
	Realização de trabalhos comunitários	Desenv. alternativo – Economia ecológica e Decrecimento
Viabilidade	Investimento em aperfeiçoamento das pessoas vinculadas às unidades produtivas	Desenv. alternativo – Economia ecológica e Decrecimento
	Cooperação entre membros das unidades produtivas	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrecimento
	Otimismo e utopia	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrecimento
	Integração entre várias unidades de produção de mesmo porte	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrecimento
	Criação de espaços de solidariedade dentro de ou nas margens do sistema capitalista	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrecimento
Potencial Emancipatório	Participação de todos os membros da iniciativa coletiva no processo de tomada de decisão	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrecimento
	Critérios de participação política ligados à igualdade, à autonomia e à solidariedade	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrecimento
	Questões de reconhecimento de identidade e de fragmentação do sujeito	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrecimento

Fonte: Elaboração dos autores, 2014.



Princípio da Proteção à Natureza		
Dimensões	Variáveis	Correntes teóricas
Formas de Organização	Especificidade ambiental	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
	Elementos ambientais: Resiliência e Equidade	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
	Desvirtuamentos do princípio Proteção à Natureza	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
	Gestão ambiental e sanitária	Desenv. alternativo e economia ecológica
	Infraestrutura de armazenamento de produtos	Desenv. Alternativo
	Produção de alimentos seguros que segue recomendações das normas ambientais e sociais	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
	Diversificação nas formas de exploração	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
	Utilização dos 8 Rs	Decrescimento
	Educação Ambiental	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
Viabilidade	Fatores limitantes ambientais	Economia ecológica e decrescimento
	Economia sustentável	Desenv. alternativo – Economia ecológica
	Projetos que visem à sustentabilidade.	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
	Interação entre os elementos da natureza, a organização social, a produção e as especificidades culturais	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
	Tipos de uso dos elementos naturais pela atividade	Desenv. Alternativo – Economia Ecológica e Decrescimento
	Problemas ambientais	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
	Dinamização das atividades econômicas de baixo impacto, através do incentivo às que ajudam a manter e/ou a recuperar elementos da natureza.	Desenv. alternativo e economia ecológica
	Reduzir, Reciclar e Reutilizar	Decrescimento
Potencial emancipatório	Elementos naturais e justiça ambiental	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
	Políticas públicas que tratam, de modo eclético, holístico e interligado, os elementos da relação sociedade-natureza.	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento
	Interação entre elaboração de políticas públicas e pesquisas científicas	Desenv. alternativo – Economia ecológica e Decrescimento
	Transformações estruturais	Desenv. alternativo – Economia ecológica e decrescimento

Fonte: Elaboração dos autores, 2014.



Assim, são relevantes a elaboração e a aplicação de matrizes que orientem a construção metodológica de trabalhos a serem realizados, pois é possível demonstrar que, em diferentes espaços geográficos, existem grupos e atividades que não são importantes para o crescimento econômico de uma dada realidade, mas que pode contribuir, efetivamente, para um novo modelo de desenvolvimento e para um novo modelo de sociedade.

Entende-se que as pessoas é que precisam ter o poder de escolher efetivar o que consideram como desenvolvimento e de não aceitar uma mera classificação imposta pelo poderio do capital. Logo, os grupos que, na atualidade, são mais participativos precisam ser mais visualizados, pois, compartilhando experiências e dificuldades, será possível construir uma nova sociedade.

Por fim, existe um anseio de identificar, em um futuro próximo, o compartilhamento de pesquisas que tenham adotado essa matriz. Nesse caminho, pretende-se contribuir para que o desenvolvimento tão desejado chegue de modo respeitável, igualitário e libertário para todos e todas.

REFERENCIAS

Aries, P. 2005. *Décroissance ou barbarie*. Editions Golias: Villeurbanne.

Baiocchi, G. 2012. On dimensions of ecological economics. *Journal Ecological economics*, Elsevier Science Publishers, Vol. 75: 1-9.

Benasayag, M. y A. del Rey. 2012. O decrescimento e os países do Sul. In: Léna, P. y E. P. Nascimento (Orgs.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond.

Bockstael, N. y R. Costanza y I. Strand y W. Boynton y K. Bell y L. Waigner. 1995. Ecological economic modeling and valuation of ecosystems. *Journal Ecological Economics*, Elsevier Science Publishers, Vol. 14: 143-159.

Cechin, A y H. Pacini. 2012. Economia verde: por que o otimismo deve ser aliado ao ceticismo da razão. *Estudos Avançados* Vol. 26 (74): 121-135.

Costanza, R. 1989. What is ecological economics? *Ecological Economics*, Elsevier Science Publishers Vol. 1: 1-7.

Costanza, R. 1991. Ecological economics: a research agenda. *Structural Change and Economic Dynamics* Vol. 2 (2): 335-357.

Daly, H. E. 1991. *Ecological Economics*. Science Vol. 254: 358.

Flipo, F. 2012. Introdução à história do conceito de decrescimento na França. In: Léna, P. y E. P. Nascimento (Orgs.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond.

Floriani, D. 2000. Marcos conceituais para o desenvolvimento da interdisciplinaridade. IN: Philippi Jr. Et al. A. *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. São Paulo: Signus Editora.

Friedmann, J. 1979. Basic needs, agropolitan development and planning from Below. *World development*. Great Britain: Pergamon Press. Vol. 7: 607-613.

Friedmann, J. 1992. *Empowerment: the politics of alternative development*. Los Angeles; California - USA: University of California.

Georgescu-Roenge, N. 1975. Dynamic models and economics growth. *World development - Great Britain: Pergamon Press Printed*. Vol. 3 (11-12): 765-783,

Gorz, A., 2010. *Ecológica*. São Paulo: Annablume - Coleção Crítica Contemporânea.

Latouche, S. 2003. *Absurdité du productivisme et des gaspillages: Pour une société de décroissance*. Le Monde Diplomatique. Novembro.

Latouche, S. 2007. *Petit traité de la décroissance sereine*. Mille et Une Nuits: Paris.

Latouche, S. 2012. O decrescimento. Por que e como? In: Léna, P. y E. P. NASCIMENTO (Orgs.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond.

McNeely, J. A. y S. J. Sherr. 2009. *Ecoagricultura: alimentação do mundo e biodiversidade*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

Muraleedharan, K. 2006. *Participatory development: issues and lessons*. New Delhi; Kerala - Índia: University of Calicut - Serials Publications.

Parreira, J. M. R. R. 2009. *Organizações de base comunitária: que papel no conceito e implementação do desenvolvimento a partir de baixo?* Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão - Trabalho final do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

Pereira, H. Q. V. 2006. *O papel da igreja católica no processo de desenvolvimento em Moçambique*. Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão - Trabalho final do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional.



Proops, J. L. R. 1989. Ecological economics: rationale and problem areas. *Journal Ecological Economics*, Elsevier Science Publishers Vol. 1: 59-76.

Ramos-Martin, J. 2003. Empirism in ecological economics: a perspective from complex systems theory. *Journal Ecological Economics*, Elsevier Science Publishers Vol. 46: 387-398.

Romeiro, A. R. 2012. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: May, P. H. (Org). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Santos, B. S. y C. Rodriguez. 2002. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: Santos, B. S. (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira - Coleção Reinventar a emancipação social para novos manifestos – 2.

Santos, B. S. 2007. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo – SP: Boitempo.

Sekulova, F. A. y G. Kallis y B. Rodriguez-Labajos y F. Schneider. 2013. Degrowth: from theory to practice. *Journal of Cleaner Production* Vol. 38: 1-6.